

ATA N.º 4/2014**Data da reunião ordinária: 18-02-2014****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 14:30 horas****Términus da reunião: 19:00 horas****A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jorge Manuel Alves de Faria**Vereadores:**

Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim
Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha
Carlos Manuel Pires Rei Amaro
José David da Silva Ribeiro
Carlos Manuel Godinho Matias
Tília dos Santos Nunes

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da ata:****Nome:** Ana Gertrudes Marques Ramos**Cargo:** Assistente Técnica**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria: 17-02-2014****Operações Orçamentais: 525.168,21****Operações não Orçamentais: 300.999,44**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- De acordo com art.º 6.º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente deu a palavra, no início da reunião, ao seguinte munícipe:

- SR. RUI PEDRO DIAS GONÇALVES, residente na rua 31 de Janeiro, 30, no Entroncamento, referiu acerca do site do município que é um assunto que já se arrasta há anos, em que se torna difícil navegar, devido aos menus serem muito extensos.

O último caso que lhe colocaram, foi de um colega seu que veio fazer uma visita sobre o arrendamento das infraestruturas para implantação da produção de energia elétrica solar e que não conseguia encontrar o caderno de encargos acerca deste assunto, ele próprio teve dificuldades, para encontrar o Edital.

Sabe que se está a implementar um novo site, pelo que deixa uma recomendação que também já tinha feito na CIMT que o novo site seja mais rápido e ergonómico, tornando mais fácil a consulta.

- Também, comunicou que teve conhecimento que uma das empresas que se encontra sediada no Centro Empresarial, lhe fez uma queixa sobre o ruído que se verifica nas instalações do CENPRE.

Deslocou-se às instalações deste Centro que se situa junto ao Centro Comercial Avenida e quando se aproximava da porta do CENPRE, o som era deveras alto, a música que deveria ser uma música ambiente, mais parecia uma discoteca ao ar livre com um bar de música ao vivo.

A queixa do empresário é nesse sentido, e como representante dos empresários comerciantes pede que essa situação fosse resolvida.

- O Exmo. Presidente, esclareceu o seguinte sobre as questões colocadas: Acerca da queixa de ruído nas instalações do CENPRE, não tem conhecimento de qualquer queixa sobre este assunto, quando tiver far-se-á a intervenção adequada.

Relativamente à página da Internet comunicou que há já alguns anos que este problema se vem arrastando e que ao nível da CIMT, está-se a tentar ultrapassar este problema. Foram impostas algumas condições à CIMT, de modo a encontrar uma solução conjunta, ou a Câmara avançaria com uma solução própria.

Neste momento o processo está desbloqueado, pensa que durante o mês de abril, no âmbito da CIMT, a Câmara tem condições para ter uma nova página com novas funcionalidades (com mais rapidez e mais ergonómica) que permita uma comunicação mais eficaz com os munícipes.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

(Artigo 52.º da Lei n.º 75/2013 de 19/9 e art.º 7.º do Regimento da C.M.E.)

O Exmo. Presidente deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido feitas as seguintes intervenções:

1 – EXMO. PRESIDENTE

a) Propôs uma reunião extraordinária para o dia 24 de fevereiro corrente (segunda-feira), às 14:30 horas, para análise do projeto das ciclovias na Freguesia de N.ª Sr.ª de Fátima, de modo a efetuar a candidatura aos Fundos Comunitários.

- A Câmara concordou.

Este assunto foi aprovado em minuta para produzir efeitos imediatos.

b) No dia 05 de fevereiro de 2014:

- Esteve presente na Reunião da Fundação do Museu Nacional Ferroviário em Lisboa.

- No âmbito da Visita Pastoral do Sr. Bispo D. Manuel Pelino à Santa Casa da Misericórdia do Entroncamento, esteve presente com a Sr.ª Vereadora Tília Nunes, num almoço convívio realizado na Unidade de Cuidados Continuados Intensivos, seguido de uma visita às suas instalações.

- À tarde a comitiva do Projeto Comenius, foi recebida nos Paços do Concelho pela Sr.ª Vice-Presidente, Ilda Joaquim, pela Sr.ª Vereadora Tília Nunes, e pelo Sr. Vereador Carlos Amaro, onde lhe foi feita uma breve apresentação do concelho e onde houve lugar a troca de lembranças entre o Município e os professores dos diversos países. Constituído por um grupo com cerca de 80 alunos e professores oriundos de Itália, Grécia, Bulgária, Turquia, Espanha, Polónia e Roménia, assim como alunos e professores da Escola Secundária do Entroncamento, visitaram vários locais da cidade, durante uma semana. No âmbito deste Projeto Comenius, ocorreu um Jantar Convívio na Escola Secundária contando com a presença da Sr.ª Vereadora Tília Nunes.

- Ocorreu mais uma iniciativa da Câmara Municipal, das Night Runners, com parceria do CLAC, contando com a participação de mais de 100 pessoas, divididas entre 2 grupos de corrida e um grupo de caminhada, com o Chefe de Gabinete Sr. José Alfredo Lopes.

- Esteve presente num Jantar promovido pelo Rotary Club do Entroncamento, em homenagem ao Sr. Bispo de Santarém D. Manuel Pelino.

c) No dia 06 de fevereiro de 2014:

- Por ocasião da visita a Portugal do Ministro dos Transportes e Comunicações de Moçambique Dr. Gabriel Mutisse, e na sequência de convite endereçado da Sr.ª Presidente do Conselho de Administração da EMEF Dr.ª Cristina Pinto Dias.

O Sr. Ministro e a restante comitiva foram recebidos na Estação do Entroncamento pelo Sr. Presidente da CME e pela Sr.ª Vice-Presidente Ilda Joaquim que acompanharam toda a comitiva na visita guiada às instalações do Parque Oficial do Entroncamento (EMEF) seguida de breve visita ao Museu Nacional Ferroviário.

d) No dia 07 de fevereiro de 2014:

- Com a participação da Sr.ª Vereadora Tília Nunes, realizou-se na sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo em Tomar, reuniões com os Sindicatos SINTAP (14.00 h) e com o STAL (15.30 h) a fim de debater assuntos relacionados com o Acordo coletivo de trabalho.

- No âmbito da Visita Pastoral, esteve presente com o Sr. Vereador Carlos Amaro, na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento, com a apresentação do Capelão desta Associação.

- Foi também realizada uma Noite Cultural no Salão Paroquial da Sagrada Família, que contaram com as atuações dos Adolescentes e Crianças da Catequese Paroquial da Sagrada Família, do Orfeão do Entroncamento e da Tuna e Cavaquinhos da Universidade Sénior, onde esteve presente com a Sr.ª Vice-Presidente Ilda Joaquim.

e) No dia 08 de fevereiro de 2014:

- Decorreu no Pavilhão Desportivo Municipal o 1.º Torneio Cidade do Entroncamento – Patinagem Artística, promovido pela Casa do Benfica do Entroncamento, com a colaboração da Câmara Municipal, das 11.00 h às 20.00 h, esteve presente na abertura do torneio e contou a presença da Sr.ª Vice-Presidente Ilda Joaquim e Chefe de Gabinete Sr. José Alfredo Lopes na cerimónia de encerramento e entrega de prémios.

- Na sequência da Visita Pastoral do Bispo e convite endereçado pelo Agrupamento 542 do Corpo Nacional de Escutas, esteve presente o Chefe de Gabinete Sr. José Alfredo Lopes na Visita às Instalações do Parque Permanente do Bonito, e do Agrupamento 542, seguido de Almoço.

f) No dia 09 de fevereiro de 2014:

- Na sequência da Visita Pastoral, esteve presente com a Sr.ª Vereadora Tília Nunes, no Almoço Convívio na Sagrada Família.

- Ocorreu o espetáculo do Entro.CULTURAS, no Centro Cultural, pelas 16.00 horas, com a participação da Associação Filarmónica e Cultural do Entroncamento e do Coro Polifónico da Golegã da Associação Cultural “Cantar Nosso” e ainda à declamação de dois poemas por Rafael Vergamota, seguido de lanche na Junta de Freguesia de São João Baptista, dando por encerrada a Visita Pastoral de D. Manuel Pelino ao Concelho do Entroncamento.

g) No dia 11 de fevereiro de 2014:

- De manhã, foi promovida pela Resitejo – Gestão e Tratamentos dos Lixos do Médio Tejo, uma visita às suas instalações, estando presentes o Sr. Vereador Carlos Amaro, o Chefe de Divisão Ambiente e Serviços Urbanos Arq.º Rafael Domingos, a Eng.ª Cláudia Martins, a Dr.ª Cláudia Ramos (Setor de Educação) e a Dr.ª Cristina Feio (Setor de Comunicação, Imagem e Protocolo).

Foi apresentada uma nova área do complexo designada UTM – Unidade de Tratamento Mecânico, que permite o tratamento de RSU’s indiferenciados, separando o plástico, o metal e a matéria orgânica, desviando, assim, a deposição em aterro em cerca de 95%.

- À tarde decorreu o Seminário de “Apresentação do Plano Intermunicipal de Sensibilização Ambiental 2014-2015” promovido pela Resitejo, S.A. no Auditório da Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes, em Torres Novas, com a presença da Sr.ª Vice-Presidente Ilda Joaquim.

Objetivos deste Plano Intermunicipal de Sensibilização Ambiental: enquadrar os trabalhos de sensibilização ambiental no âmbito do PERSU 2020 – Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos; apresentar as dinâmicas em curso na RESITEJO e os recursos disponíveis; reforçar a divulgação das ações do sistema através dos meios de comunicação das câmaras e apresentar o projeto “Missão Reciclar” da Sociedade Ponto Verde previsto para 2015.

- Esteve presente com a Sr.^a Vereadora Tília Nunes na inauguração da exposição de Pintura a óleo intitulada “Portas e Janelas” da pintora Maria Clara Silva na Galeria Municipal. Este evento decorre de 11 a 20 de fevereiro de 2014.

h) No dia 12 de fevereiro de 2014:

- Realizou-se uma reunião, a pedido da Associação de Pais da Escola Básica da Zona Verde, no estabelecimento de ensino, contando com a presença da Sr.^a Vereadora Tília Nunes e do Chefe de Divisão Ambiente e Serviços Urbanos Arq.^{To} Rafael Domingos.

- Esteve presente na reunião da Fundação do Museu Nacional Ferroviário em Lisboa, da parte da manhã.

- À tarde esteve presente numa reunião com o Secretário de Estado Adjunto Administração Interna, em que se mostrou disponível para retomar a avaliação do processo da esquadra da PSP, para em conjunto se encontrar uma solução para este equipamento e também para o seu financiamento.

Esgotou-se a possibilidade de financiamento através de recursos de Fundos Comunitários. Também está fora de causa o posto de proximidade, no bairro Frederico Ulrich.

- Ocorreu mais uma iniciativa das Night Runners, que contou com a sua presença, da Sr.^a Vereadora Tília Nunes e do Chefe de Gabinete Sr. José Alfredo Lopes.

i) No dia 13 de fevereiro de 2014:

- Ocorreu no Auditório da CCDRC em Coimbra, uma Sessão destinada a apresentar os principais resultados e recolher contributos e sugestões fundamentadas relativamente às Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado, onde esteve presente com o Sr. Vereador Carlos Amaro, cujos documentos vai enviar para os Srs. Vereadores.

O encerramento dos trabalhos contou com a presença do Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações Dr. Castro Almeida.

- Esteve presente com a Sr.^a Vice-Presidente Ilda Joaquim no Seminário da “Delegação de Competências – Lei N.º 72/2013 de 12 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais”, promovido pela ANMP, no Hotel Vila Galé em Coimbra. O encerramento deste Seminário contou com a presença do Secretário de Estado da Administração Local, Dr. António Leitão Amaro.

- Esteve presente o Sr. Vereador Carlos Amaro, na reunião do Conselho Regional no Auditório da CCDRC em Coimbra, cujo um dos pontos da Ordem de Trabalhos era as perspetivas nacionais e regionais para o período de programação 2014-2020. Esta sessão contou com a participação e intervenção, seguida de debate, do Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional Dr. Castro Almeida, estando igualmente presente o Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional Prof. Dr. Miguel Poiares Maduro.

- À tarde na Sala de Sessões do Município, realizou-se a Reunião do Plenário do Conselho Local de Ação Social do Entroncamento, na qual estive presente com a Sr.^a Vereadora Tília Nunes, e os vários Parceiros Sociais, tendo sido aprovado o Plano de Ação para 2014, onde se encontram identificadas as várias áreas de intervenção social, visando melhorar a eficácia do conjunto de respostas sociais no Concelho.

j) No dia 14 de fevereiro de 2014:

- Esteve presente na 2.^a Reunião Extraordinária do Conselho Intermunicipal da CIMT, em Tomar.

l) **De 15 de fevereiro a 15 de março de 2014** (sábados) das 08.30 h às 18.00 h decorrerá no Centro Cultural uma Mostra de Artesanato, tendo como objetivo a sua dinamização.

m) No âmbito da colaboração Interinstitucional existente entre o Município do Entroncamento e a Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais, a autarquia disponibilizou a partir do presente mês um Gabinete de Atendimento sito na rua da Junta de Freguesia, n.º 3, para a Equipa de Técnicos do Médio Tejo, realizarem entrevistas a utentes do Entroncamento.

O Município colabora ainda com esta entidade, na integração de utentes para cumprimento de Trabalho Comunitário nos Serviços da Autarquia.

2 – SR.^a VICE-PRESIDENTE ILDA JOAQUIM

Leu o seguinte texto referente ao acordo celebrado no processo n.º 882/06.2BELRA do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria – audiência de Julgamento:

«No que respeita à ata da Audiência Final, a mesma reflete os termos do acordo alcançado entre as partes, ou seja:

1. Redução, pelos Autores, do valor peticionado por m² de terreno alegadamente ocupado pelo Município (435,85 m²) para € 35,00;
2. Desistência, pelos Autores, do pedido de condenação do Município no pagamento de € 100,00 diários, pela privação do terreno, desde a citação até ao pagamento efetivo do preço (o que daria um total de € 36.500,00/ano) e, bem assim, de juros de mora vencidos e vincendos, à taxa legal em vigor;
3. Pagamento, pelo Município do Entroncamento, do de € 35,00 x 435,85 m² = € 15.254,75, em doze prestações mensais, iguais e sucessivas, com início no mês de Março de 2014 (pagamentos a realizar até ao dia 8 de cada mês);
4. Reconhecimento, pelos autores, da transmissão da parcela de terreno de 435,85 m² para a titularidade do Município do Entroncamento; e
5. Repartição de custas, em partes iguais (sem prejuízo das há suportadas).

Não posso deixar de salientar que, atentas as vicissitudes do processo judicial em apreço, **considero que o acordo firmado é bastante positivo para o Município do Entroncamento**, devendo esta Edilidade, pelo mesmo, congratular-se.

De facto, e sem prejuízo de ser de opinião que o Autor, Sr. José Ventura Diz, ao intentar esta ação desconsiderando o facto de, nos anos 80, ter obtido o licenciamento de uma discoteca onde uma das condições suscitadas foi, exatamente, a cedência de terreno para arruamentos, a ocorrer mediante doação, a verdade é que **o processo em causa apresentava fragilidades para a posição do Município do Entroncamento**, as quais, dificilmente permitiriam um resultado melhor do que o alcançado.

Neste contexto, passo a assinalar o seguinte:

(i) Nunca foi formalizada a doação do terreno para o Município do Entroncamento; é certo que esta Edilidade solicitou ao Autor os documentos necessários para o efeito,

contudo, e decorrido tempo sem que tais documentos fossem facultados, nenhuma insistência sobre os mesmos consta documentada do processo judicial (também não havendo prova testemunhal sobre isso);

(ii) A doação é um negócio formal, nos termos do art. 947.º do Código Civil (que, à data, e no caso de bens imóveis, apenas poderia ser celebrada por escritura pública);

Por outro lado, e sem prejuízo de poder ter havido um real desconhecimento da “doação” mencionada por parte das pessoas que vieram a estar envolvidas no assunto,

(iii) Nos anos 90, o Município do Entroncamento (enquanto pessoa colectiva que, independentemente dos titulares dos seus órgãos, é uma única) negociou a mesma área de terreno (embora com um ligeiro desvio do local anterior) no âmbito de um “estudo prévio” de loteamento do Autor, aceitando essa área em vez do recebimento de taxas urbanísticas que seriam devidas; neste momento, o Município do Entroncamento reconheceu o Autor como proprietário do terreno;

(iv) Em sede de deliberação sobre um pedido de alteração ao loteamento, o Município do Entroncamento voltou a trazer para a balança da ponderação a área de terreno em apreço, mas sem nunca a considerar da sua propriedade;

(v) Quando foi interpelado pelo Autor relativamente ao facto de o arruamento se encontrar a ser executado pelo Município do Entroncamento (o que apenas ocorreu em 2002), sem para tal ter sido dada qualquer contrapartida ao Autor (que desistira do loteamento), o Município do Entroncamento acabou por deliberar adquirir a propriedade da área em apreço, tendo, inclusivamente, fixado preço para o efeito;

(vi) Foi levada aos autos a situação de um vizinho ao Autor que, nos anos 80, negociara com o Município do Entroncamento uma doação idêntica e, mais tarde (embora por um preço simbólico), veio a celebrar uma escritura de compra e venda do mesmo terreno.

Salvo melhor opinião, creio que o Tribunal penderia para a tese do Autor, acabando por condenar o Município do Entroncamento, não apenas no pagamento do terreno, como também no pagamento de uma penalidade – eventualmente, de montante inferior ao peticionado – pela privação do Autor do terreno e, bem assim, juros de mora. Esta situação implicaria, decerto, uma despesa superior para o Município.

Por estas razões, e como referido inicialmente, propendo para considerar o desfecho deste processo de modo bastante positivo.»

3 – VEREADORA SRA. ISILDA AGUINCHA

a) Manifestou-se satisfeita com as informações prestadas pelo Sr. Presidente, em que foi assumido pelo Sr. Ministro da Administração Interna relativamente à pretensão da Esquadra da Polícia do Entroncamento.

A decisão de haver uma esquadra da polícia e um posto de proximidade resultou de um trabalho do anterior executivo com os Serviços da Administração Interna, nomeadamente com a Direção Geral das Infraestruturas da Administração Interna, não uma decisão única da Câmara Municipal, foi um trabalho partilhado, se há uma evolução desta aspiração e desta necessidade do Concelho, espera que seja levada em conta e seja para levar avante.

b) Ainda sobre as informações que o Sr. Presidente deu, sobre a consulta pública do Projeto das infraestruturas de elevado valor acrescentado, sugeriu que fosse

publicitado no site da Câmara e até fazer um apelo à população, para participar nesta consulta pública.

Se for entendido por parte do Sr. Presidente e dos membros do executivo em permanência, fazer-lhe chegar essa documentação sobre esta pretensão específica, visto que tem conhecimento e empenho pessoal nela e se houver vários esforços para o mesmo objetivo, tem mais possibilidades de sucesso.

c) Manifestou-se agradada com as informações dadas pela Sr.^a Vice-Presidente Ilda Joaquim, sobre o término do processo n.º 882/06.2BELRA do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leira.

d) Deu nota que lhe têm chegado algumas reclamações sobre o estado da via, pensa que é possível e que existe um sistema que permite tapar os buracos que se encontram nas vias devido ao mau tempo.

e) Na última reunião o Sr. Vereador Rui Gonçalves tinha pedido o acesso a um processo, recebeu no dia 14 a informação que podia consultá-lo junto dos serviços dos eleitos locais.

Recebeu a informação do Sr. Vereador Rui Gonçalves que para consultar este processo implicaria ocupar um espaço de trabalho de uma pessoa em cerca de 30m, pelo que sugeria que os documentos fossem remetidos, uma vez que não são confidenciais e a consulta em formato digital é mais prático e não tem custos.

Ainda não lhe chegaram alguns documentos que haviam sido pedidos, nomeadamente a dois SGD's que já foram deliberados.

Pelo entendimento da urgência das questões é importante que possa tomar as suas decisões ou até possa contestar para além de concordar, mas de uma forma informada. Gostaria de deixar uma nota no sentido de que os documentos possam instruir os processos.

Mesmo em relação à reunião de hoje há processos que a documentação não vem por inteiro.

- Sobre a intervenção da Sr.^a Vereadora Isilda Aguincha o Exmo. Presidente, deixou as seguintes notas:

Acerca da documentação sobre o projeto das infraestruturas de elevado valor acrescentado, presume que estaria a falar na qualidade de Deputada que desde já agradece a sua disponibilidade, até agora não contou com essa disponibilidade ativa, mas sabe que existe e vai fazer chegar essa documentação.

Relativamente à reunião com o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna ficou concluído que o modelo anterior com uma esquadra e um posto de atendimento não era exequível e nunca foi bem visto pelo Ministério.

Nessa reunião, também contaram com a disponibilidade dos Deputados do PS que fizeram uma visita à Câmara e convidam a Sr.^a Deputada Isilda Aguincha e os eleitos do PSD a visitarem a Câmara que são bem recebidos e irá beneficiar muito com o apoio.

Após a receção feita nesta Câmara dos Srs. Deputados do PS, eleitos pelo Distrito de Santarém, contou com a sua participação no despoletar deste processo, também vai contar com a disponibilidade da Sr.^a Deputada Isilda Aguincha, pelo que ainda hoje irá fazer-lhe chegar alguns documentos, nomeadamente o que enviou para a

CIMT para sustentar a sua opinião e seja considerado o eixo empresarial que contemple o Entroncamento, para que nos fóruns próprios, defenda o Entroncamento.

Em relação à questão dos buracos na via pública é uma preocupação que tem tido e desde que a chuva parou já houve diversas intervenções.

Está a decorrer uma candidatura e está a terminar o prazo da apresentação de propostas, que tem como objetivo a pavimentação e melhoria de algumas ruas da cidade.

Acerca dos documentos do SGD que tinham sido pedidos, não sabe ao certo quais foram, pensava que já tinham sido entregues.

Sobre os documentos da reunião tem tido a mesma disponibilidade que o anterior executivo e vai manter, não põe em causa que os Srs. Vereadores façam consulta dos documentos que entendam nos respetivos serviços.

Relativamente ao pedido em formato digital da candidatura do Futsal não vai ser enviado, apesar de não serem confidenciais, não convêm que sejam muito divulgados. Trata-se de um processo que está a fazer valer alguns argumentos e também existem mais 4 ou 5 Concelhos que também apresentaram candidatura e entende que não deve dar vantagem a outros concorrentes.

Os Srs. Vereadores podem consultar estes documentos.

4 – VEREADOR SR. DAVID RIBEIRO

a) Sobre a Exposição que o Sr. Presidente fez acerca da localização da esquadra da PSP, referiu que alguém andou a enganar alguém uns queriam a norte e outros queriam a sul. Foi vendido aos anteriores autarcas que não havia verbas para iniciar um edifício de raiz as verbas teriam que ser canalizadas para adaptação de edifícios que fossem públicos ou não.

Também foi informado que havia vontade de criar um posto de proximidade, até lhe chamaram de esquadra norte, para isso foram deitadas abaixo duas casas no bairro Frederico Ulrich, para a construção do posto avançado, para a zona sul era construída a esquadra.

Hoje estamos aqui perante uma nova realidade, não vai haver posto de proximidade, vamos ver se temos a localização da nova esquadra da PSP, entende que a localização junto à estação, não lhe parece o local mais apropriado para uma intervenção da PSP, o que interessa é que tenhamos uma esquadra que permita trazer mais agentes para o Entroncamento e que tenha mais operacionalidade.

b) Relativamente à ligação do Eixo dos Riachos à A1, acha que de facto é uma proposta muito melhor e com melhor posicionamento que vai contribuir para uma mais valia, com a ligação à A23 à A1 à IC3 e à A13.

5 – VEREADOR SR. CARLOS MATIAS

Apresentou as seguintes questões:

a) «Começo por agradecer a informação detalhada que nos foi fornecida pelo Sr. Presidente e pedia que me fosse facultada uma cópia do documento de suporte à apresentação que acabou de ser feita.»

b) «Em segundo lugar, solicito informação mais concreta do que a breve referência feita há instantes sobre o ponto em que se encontra a negociação com os sindicatos representativos dos trabalhadores do município, relativamente à adoção das 35 horas semanais de trabalho.»

c) «Gostaria, em particular, de saber qual a resposta formal da ANMP à solicitação de coordenação das negociações que, por proposta de Sr. Presidente, esta Câmara lhe endereçou.»

d) «Já agora, pedia também uma informação sobre as negociações para a adesão à ADIRN, sem encargos financeiros decorrentes de um passivo com o qual nada temos a ver.»

e) «Uma vez que foi abordado o tema, vem a propósito saber se se mantém a perspetiva de abrir o Museu Nacional Ferroviário, até ao final do 1.º semestre deste ano --- informação que solicito.»

f) «Registo agora com agrado a disponibilidade de governo, na pessoa do Sr. Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna, para retomar o processo de construção de uma nova esquadra, reabrindo expectativas sobre a resolução deste problema.

Espero que, desta vez, se passe da disponibilidade e das promessas à verdadeira concretização, num tempo adequado e curto. De facto, há muito a atual esquadra do Entroncamento não reúne condições de trabalho para polícias, nem de acolhimento pra cidadãos.

Mas gostaria de sublinhar que o governo tem obrigação de assumir as suas responsabilidades no financiamento dessa construção, não as lançando (ou sugerindo o lançamento...) para cima do município.

É que, depois dos cortes que este governo tem feito no financiamento das autarquias parece-me muito injusto que se sugira sequer uma nova sangria do nosso orçamento e uma sobrecarga ainda maior dos nossos munícipes, para satisfazer necessidades de financiamento da construção da nova esquadra --- que é, acima de tudo, uma obrigação do estado central, neste caso, relacionado com a segurança.

Para isso os nossos munícipes pagam impostos ---por sinal, bem pesados.

Portanto na solução de financiamento que venha a ser encontrada, na ausência de financiamentos comunitários, o governo tem assumir os principais encargos. Receio de que quando o governo nos sugere ou fala em partilha de encargos, esteja a tentar alijar as suas próprias responsabilidades para cima da nossa autarquia.

Nós sabemos do que este governo é capaz e, portanto, apesar de toda a nossa abertura para ajudar a encontrar soluções, todas as cautelas são poucas.»

g) «Solicitava agora para que me fosse também remetido o documento em que é fundamentada a inserção do nosso concelho no eixo logístico do Ribatejo norte, disponibilizado à Sr.^a Vereadora Isilda Aguincha.»

h) «Recordo que uma alteração estrutural como a que é sugerida deverá ser enquadrada no processo de revisão do PDM.»

i) «Finalmente, pedia que fosse corrigida uma incoerência na sinalização de trânsito, num ponto específico da cidade.

Quem circular na Rua Condessa de Murça, em direção à Igreja Matriz, logo a seguir, na esquina da escola da zona verde, encontra uma seta indicando a direção à direita para entrar (precisamente) na zona verde. Mas, aí, é agora proibido voltar à direita!

Portanto, essa placa tem de ser retirada e revista a sinalização no local.»

- Sobre algumas questões colocadas, o Exmo. Presidente esclareceu o seguinte:

- Em relação à revisão do PDM esta semana houve uma reunião exploratória para retomar o processo com a empresa que está a prestar o serviço à Câmara. Está a reativar este processo.

- Acerca do horário de trabalho das 35 horas ainda não obteve qualquer resposta formal da ANMP.

Há alguns indicadores públicos de que esta associação está preocupada com a resolução deste problema, no sentido de se encontrar um horário de trabalho igual para todos os municípios.

A CIMT iniciou o processo negocial com os sindicatos e ainda não houve acordo, haverá outras reuniões.

- Sobre a ADIRN ainda não obteve resposta do Presidente desta associação sobre a questão que colocou, vai solicitar maior celeridade neste processo.

- Relativamente à abertura do Museu Nacional Ferroviário o objetivo é de abrir o mais breve possível, já foi consensualizado junto dos parceiros da Fundação que será para finais de junho.

6 – VEREADOR SR. DAVID RIBEIRO

Seguidamente, apresentou a Moção que a seguir se transcreve, relativamente ao regime em vigor em que os trabalhadores tinham 7 horas diárias de trabalho (35 semanais), com alteração da Lei 168/2013, passaram a ter 40 horas semanais.

A SABER:

«A Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, veio determinar a aplicação aos trabalhadores em funções públicas do período normal de trabalho de 8 horas diárias e 40 horas semanais, alterando o regime até aqui em vigor de 7 horas diárias e 35 semanais.

Envolto em complexidades e dificuldades naturais, decorrentes da própria dimensão das alterações que a sua entrada em vigor acarretaria – tanto na organização do tempo de trabalho dos trabalhadores como na própria necessidade de reorganização (em muitos casos profunda) da vida de milhares de trabalhadores em todo o país – o novo regime acabou, fruto dessas e de outras limitações, por não conhecer ainda aplicação em mais de 60% dos Municípios e na larga maioria das freguesias do País.

O Tribunal Constitucional (TC) decidiu não declarar a inconstitucionalidade das normas constantes do artigo 2.º da Lei 68/2013 de 29 de agosto, entendeu ainda (e nisso fez mesmo assentar, em boa medida, a não declaração de inconstitucionalidade antes referida) manterem-se sujeitas ao campo de aplicação do n.º 1 do artigo 4.º do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, 6

entre outras, as matérias relativas à duração do período normal diário e semanal de trabalho, as quais podem, portanto, ser afastadas por instrumento de negociação coletiva quando esta estabeleça condições mais favoráveis.

Esta conclusão não pode, aliás, deixar de revelar-se enquanto consequência natural tanto dos princípios constitucionais da autonomia do poder local, vertido nos artigos 6.º/1, 237.º e 242.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), e da liberdade contratual, constante do artigo 405.º do Código Civil, como da posição privilegiada que, ainda de acordo com os mesmos princípios, é reconhecida à administração local na conformação e organização dos seus interesses e recursos. Até porque a solução negocialmente construída é, sem qualquer subterfúgio, aquela que melhor serve os interesses da autarquia, dos seus trabalhadores e das populações que àquela conferem substrato, não decorrendo da sua adoção, bem pelo contrário, qualquer prejuízo ao serviço público.

É também perante esta realidade que a extensão do período normal de 7 horas diárias e 35 horas semanais a todos os trabalhadores da autarquia, independentemente da sua filiação sindical, se tem afigurado como a solução mais acertada. Por precaver os modelos e necessidades do trabalho em equipa, por salvaguardar necessidades de uniformização – por exemplo de turnos – e por, no essencial, integrar-se na garantia de um núcleo mínimo de regras de aplicação direta e imediata a todos os trabalhadores de uma mesma unidade (neste caso a Autarquia), esta extensão é, para já, a melhor e mais justa opção. Opção que, de quanto se conhece, será, a breve trecho, expressamente integrada na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas atualmente em fase de conclusão.

Neste sentido, tendo em conta o quanto fica dito, proponho que o Executivo da Câmara Municipal de Entroncamento delibere, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro (Nota: no caso das freguesias “nos termos do artigo 19.º, alínea e) da Lei 75/2013 de 12 de setembro), com fundamento no art.º 130.º do Regime do Contrato de Trabalho em funções públicas e da Lei 68/13 de 29 de agosto, na interpretação do Tribunal Constitucional expressa no Acórdão 794/2013:

Celebrar ACEEP entre este Município e o STAL, em consequência, fixar (manter ou repor) o período normal de trabalho de 7 horas diárias e 35 horas semanais aos trabalhadores do Município de Entroncamento;

Alargar a produção de efeitos dos ACEEP outorgados, para já, a todos os trabalhadores da autarquia, independentemente da sua filiação sindical.

Proceder à publicitação da deliberação nos termos do artigo 56.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.»

- Após algumas intervenções, a Vereadora Sr. Tília Nunes, esclareceu que:

- A CIMT vai marcar uma nova reunião. A questão da CIMT com o sindicato que não avançou com os trabalhos da mesma, foi devido ao STAL mostrar alguma intransigência nas negociações das 35 horas, em que não aceitou contemplar o banco de horas e a flexibilização de horário, só foi aceite pelo SINTAP.

Este ponto foi um dos pontos de rutura de continuidade das negociações. Também foi solicitado pela Câmara de Tomar relativamente ao banco de horas e flexibilidade de horário, apesar de terem as 35 horas e estar em processo negocial com o STAL.

- A VEREADORA SR.ª ISILDA AGUINCHA, sobre esta moção referiu que tem conhecimento que está haver diligências no quadro da Comunidade Intermunicipal e também da ANMP, por parte do Sr. Presidente, com o apoio dos serviços e dos

diversos Presidentes da CIMT, no sentido de efetuar negociações, nomeadamente com os acordos de trabalho, pelo que entende deixar a Câmara Municipal continuar essas negociações, salvaguardando os interesses dos municípios, dos trabalhadores e dos munícipes.

- O Exmo. Presidente sugeriu que o Sr. Vereador David Ribeiro retirasse esta moção e participasse com a Sr.^a Vereadora Tília Nunes, na próxima reunião da Comunidade Intermunicipal, no sentido de se conseguir chegar a um acordo. Também a Sr.^a Vereadora Isilda Aguincha concordou retirar esta moção e que o Sr. Vereador participe na reunião da CIMT, com a Sr.^a Vereadora Tília Nunes, ao que este aceitou, tendo a moção sido retirada.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ATA

- Foi presente a ata da reunião de 04 de fevereiro de 2014, que foi aprovada, por maioria, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

- Absteve-se a Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha, por não ter estado presente na mesma.

AGRUPAMENTO ESCOLAS CIDADE ENTRONCAMENTO

1167/14 – ESCOLA BÁSICA ANTÓNIO GEDEÃO – VISITA DE ESTUDO

- E-mail do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, de 22 de janeiro findo, a remeter um e-mail da Coordenadora da Escola Básica António Gedeão, a solicitar apoio para a visita de estudo que vai realizar à Kidzania, no próximo dia 20 de fevereiro, que envolve 11 crianças do escalão A e 10 do escalão B, do ensino Pré-escolar; e 20 crianças do escalão A e 21 do escalão B, do 1.º ciclo.

- Ouvida a Técnica Superior Dr.^a Cláudia Ramos, informou o seguinte:
«De acordo com a deliberação da reunião de câmara do dia 19-08-2013, as crianças com escalão A têm direito a uma participação de 10€ e as crianças de escalão B 5€.

O número de crianças subsidiados a participar na visita de estudo é:

- escalão A - 31

- escalão B - 31

Sendo assim são 310,00€ para o escalão A e 155,00€ para o escalão B, perfazendo um total de 465,00€. Verba esta que deverá ser transferida para o Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento antes da realização da referida visita.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, atribuir um subsídio no valor total de 465,00€, de acordo com a informação dos serviços.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL

15222/13 – PAEL – ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO – PROGRAMA II

- Na sequência do ofício da Direção-Geral das Autarquias Locais, a solicitar informação para acompanhamento e monitorização da execução anual dos objetivos e medidas dos processos PAEL, conforme o previsto no artigo 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, foram presentes todos os documentos solicitados e enviados através do e-mail que a seguir se transcreve:

«**Quadro 1 - Síntese da situação financeira atual e previsões de evolução**

Valores apurados / Valores estimados em 2012

Da receita total prevista de 20.480.421,23€ apenas foi cobrada 18.022.313,39€ registando-se um desvio de 2.458.107,84€. Esta diferença deve-se sobretudo ao facto do município ter previsto que iria receber ainda em 2012 os 70% referentes à primeira tranche do empréstimo. Visto que o processo teve alguns atrasos na obtenção do visto do Tribunal de Contas a primeira tranche apenas foi recebida em fevereiro de 2013.

No que diz respeito à despesa regista-se um desvio negativo de 147.340,40€.

Em relação à despesa corrente foram apurados 10.398.686,25€ contra os 10.959.670,94€ previstos, ou seja, uma diferença de 560.984,69€.

No que diz respeito às despesas de capital verifica-se um desvio positivo de 419.111,33€. Este desvio deve-se sobretudo aos pagamentos efetuados com verbas recebidas de fundos comunitários.

Estes números representam um saldo global (corrente e capital) positivo no valor de 1.068.588,40€. Face ao previsto existe uma variação de 66.993,75€.

Valores apurados / Valores estimados em 2013

No que diz respeito à previsão feita para o ano de 2013 conclui-se que a receita total situa-se 324.908,02€ abaixo do previsto.

Em relação à receita corrente a diferença de 508.067,90€ deve-se sobretudo aos valores cobrados através do IMI (ver quadro III). Quando foi feita a candidatura o Município tinha a expectativa que o valor do IMI aumentasse significativamente com a reavaliação dos imóveis urbanos. Esta situação não se verificou porque apesar do valor dos imóveis ter aumentado, os mesmos passaram a ser taxados a 0,4% em vez dos anteriores 0,7%.

Em relação às receitas de capital verifica-se um desvio negativo de 1.981.524,83€. Este desvio deve-se às transferências de capital mais concretamente do FEDER.

O desvio registado nas despesas correntes deve-se aos pagamentos efetuados com o PAEL. As despesas de capital situaram-se abaixo do previsto porque não houve a execução prevista no FEDER.

No global verifica-se um saldo negativo de 3.225.290,03€. Este saldo resulta dos pagamentos feitos através do PAEL, visto que, para a determinação deste saldo não são contabilizados os ativos e passivos financeiros.

Quadro 2 - Medidas propostas no Plano de Ajustamento Financeiro

Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários

Esta medida refere-se aos tarifários de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos sólidos e urbanos.

O município comprometeu-se, no âmbito do PAEL, a um aumento de 3% dos tarifários acima designados. Neste sentido, a câmara deliberou a 06 de maio de 2013 proceder a esses aumentos.

Em relação aos valores previstos em sede de candidatura verifica-se que em 2012 houve um desvio de 2% e em 2013 de 14%. Apesar de os valores se situarem abaixo do previsto verifica-se que houve um aumento considerável da receita face aos valores executados em 2011 (2012 = +591.322,84€ e 2013 = + 596.864,71€).

Este aumento deve-se não só ao aumento de 3% deliberado em 2013 como também à adequação dos tarifários às recomendações do IRAR/ERSAR. Esta revisão teve impactos a partir de 01/01/2012.

Em relação ao aumento previsto no PAEL para 2014 de 1,5%, o município aguarda comunicação das Águas do Centro com o aumento para o ano de 2014. Com base

nessa comunicação iremos ajustar os tarifários, uma vez que, poderá ser superior ao definido no âmbito do PAEL.

Ver documento "anexo 1"

Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município

O plano de ajustamento financeiro prevê um aumento das taxas cobradas pelo município em 3%. Para cumprimento desta medida foi deliberado em reunião de câmara de 06 de maio de 2013 esse mesmo aumento.

Tendo por comparação os valores executados no ano de 2011, este aumento não é suficiente para chegar aos valores deste ano ou mesmo de anos anteriores, contudo, pretendia-se com esta medida combater as quebras registadas nos últimos anos.

Tendo as principais taxas origem na atividade da construção civil (loteamentos e obras, taxa de urbanização...), a eficácia de aumentos nas taxas é muito reduzida. Só uma mudança radical da conjuntura atual é que levará ao aumento deste tipo de receitas.

Os valores executados, quando comparado com os valores previstos, apresentaram desvios de 25% em 2012 e 166% em 2013.

Tal como já foi referido a recuperação dos níveis de receita de 2011 não se resolve apenas com o aumento das taxas, mas sim com o crescimento da economia.

Ver documento "anexo 2"

Avaliação Geral de Imóveis - Imposto Municipal s/ Imóveis

As previsões efetuadas neste âmbito remetiam para aumentos da receita baseados na reavaliação do património urbano realizado pelo Ministério das Finanças.

Na altura da candidatura admitia-se um impacto direto de 40% fruto desta reavaliação, o qual não se concretizou.

Face aos valores previstos em sede de candidatura, verifica-se que em 2012 houve um desvio de 7% e em 2013 de 280%. Apesar dos valores se situarem abaixo do inicialmente previsto verifica-se que tiveram aumentos face aos valores registados em 2011, ou seja, em 2012 o município recebeu mais 151.297,13€ e em 2013 mais 240.857,61€.

O município irá procurar formas de minimizar os desvios verificados, nomeadamente através da contenção das despesas.

Redução de 5% ao ano, sobre o ano anterior, em "aquisição de bens e serviços" à exceção de aquisição de água conforme justificado em anexo.

O município comprometeu-se em reduzir 5% nas aquisições de bens e serviços face ao ano anterior. Da análise do quadro não é possível aferir o cumprimento desta medida porque os valores registados dizem respeito aos valores pagos (execução da receita), ou seja, visto que os anos de 2012 e 2013 foram anos de ajustamento verifica-se que houve mais pagamentos do que os registados em 2011, o que não significa que o município tenha aumentado os seus custos.

Retirando efeito do PAEL, cujos pagamentos na rubrica 02 foram na ordem dos 1.536.600€, ficamos com o seguinte cenário:

Valor executado em 2011	3.931.742,61
Valor executado em 2012	4.726.606,90
Diferença 2011/2012	794.864,29
Valor executado em 2013	6.078.954,43
Diferença 2011/2013	2.147.211,82
SEM PAEL	
Valor executado em 2013	4.542.354,40
Diferença 2011/2013	610.611,79
Variação 2013/2012	-30,18%

Tendo por base os valores de 2011 e retirando o efeito que o PAEL teve na económica 02, em 2013 a diferença dos valores executados diminui relativamente ao ano anterior.

Recursos humanos 3 por 1

No que diz respeito ao aumento do número de trabalhadores, em 2013 não se verificaram quaisquer admissões de pessoal.

No que diz respeito a saídas de pessoal verificaram-se as seguintes movimentações:

- 4 Aposentações
- 1 Saída por rescisão de contrato.
- 1 Saída por exoneração
- 1 Licença de longa duração

Em termos de custos representa uma poupança na ordem dos 43.397,84€, dividida da seguinte forma:

Motivo da saída	Poupança
Aposentações / Reformas	27.277,80
Recisões	5.520,83
Exoneração	5.576,45
Licença de longa duração	5.022,76
Valor	43.397,84

De referir ainda que neste momento o município tem 9 funcionários que aguardam aposentação. Tendo em conta que os pedidos foram feitos em 2012 é provável que a aposentação fique consumada no 1.º Trimestre de 2014.

Redução faseada de 5% ao ano nos primeiros 5 anos do Plano de transferências para instituições sem fins lucrativos

A redução incide sobre a verba atribuída em cada ano e tem aplicação nos primeiros 5 anos do Plano de Ajustamento Financeiro.

Os encargos anuais assumidos pelo município em 2012 eram no valor de 170.600€, repartidos entre apoios mensais e anuais.

Para 2013 os apoios propostos representam compromissos no valor de 155.600€, o que se traduz num decréscimo dos encargos com “Instituições sem fins lucrativos” no valor de 15.000 €, ou seja, 9%.

Ver documento “anexo 3”

Quadro 3 - Evolução Previsional da Receita e da Despesa

Através da análise do quadro em questão verifica-se que em 2012 as receitas correntes ficaram 151.023,67€ acima do previsto, enquanto, as receitas de capital registaram um desvio de 2.609.131,50€. Este desvio deve-se aos atrasos verificados com o recebimento da 1.ª tranche do PAEL. Estava previsto receber 70 % do valor aprovado em 2012, contudo, este recebimento só se verificou em 2013.

Face aos valores previstos, as despesas correntes tiveram um desvio negativo de 560.984,69€ e as despesas de capital registaram um desvio positivo de 413.644,30€, ou seja, foram feitos mais pagamento do que inicialmente previsto.

Em termos de saldo (receita - despesa) o ano foi concluído com uma superioridade das receitas face às despesas do ano em 329.793,48€.

No que diz respeito ao ano de 2013 as receitas correntes ficaram 508.067,90€ abaixo do previsto. Este desvio, tal como foi referido no quadro I e II, deve-se aos valores cobrados de IMI.

Nas receitas de capital foram cobrados mais 183.159,88€. Nesta rubrica-se verifica-se uma quebra nas transferências de capital (- 1.994.968,16€) e um aumento nos passivos financeiros (2.164.684,71€). A quebra verificada nas receitas de capital fica a dever-se aos atrasos de empreitadas com financiamento comunitários. O facto de a receita não ter sido cobrada reflete-se também no campo da despesa.

A despesa corrente ficou 2.365.262,91€ acima das previsões fruto dos pagamentos efetuados através do PAEL. As despesas de capital situaram-se 1.444.087,97€ abaixo dos valores estimados. Nesta rubrica apesar dos pagamentos do PAEL teve maior peso o não recebimento das verbas previstas na rubrica do FEDER.

Em termos de saldo (receita - despesa) as receitas ficaram abaixo das despesas em 1.168.705,39€, ou seja, o município fez mais pagamentos do que a receita cobrada no ano. Estes pagamentos foram feitos com recurso ao saldo de gerência.

Quadro 4 - Mapa Previsional da Evolução da Dívida por Curto e Médio Longo Prazo

Em relação ao ano de 2012 o total da dívida é de 14.998.940€, apresentando assim um desvio negativo de 768.916€, ou seja, a dívida situou-se abaixo do previsto.

No que diz respeito à dívida de curto prazo, verificou-se um aumento (face aos valores previstos).

Este desvio deve-se ao facto de os valores inscritos na previsão incluírem o abatimento dos 70% do empréstimo do PAEL. Em sentido contrário a dívida de médio e longo prazo apresenta um desvio negativo devido aos mesmos factos.

Em relação à dívida de 2013 verifica-se que ficaram 504.931€ abaixo do previsto.

Tanto a dívida de curto prazo como a dívida de médio e longo prazo apresentam desvios negativos de 404.049€ e 100.882€ respetivamente.

Apesar de as receitas se situarem abaixo dos valores previstos o município tem feito um esforço para equilibrar as suas contas, principalmente com a contenção na despesa.

Envia-se também em anexo a certificação do ROC e ficheiro comprovativo da realização dos pagamentos referentes aos restantes 30% do empréstimo.»

- A Câmara tomou conhecimento de tudo.

- O Vereador Sr. Carlos Matias, apresentou a seguinte intervenção:

«Sobre este ponto, gostaria de fazer duas perguntas e um emitir um comentário.

Em primeiro lugar, pedia ao Sr. Presidente para ser um pouco mais específico, em relação ao último parágrafo do capítulo 2, em que se refere um eventual aumento do preço da água, acima do fixado pelo PAEL.

Em segundo lugar, gostaria de saber como pensa o Sr. Presidente e a maioria compaginar a prometida baixa de 12,5% nas taxas do IMI, com o aumento das receitas nesta rubrica, imposto pelo PAEL.

Em terceiro lugar, para concluir, gostaria de sublinhar e concordar com a constatação de que o aumento de receitas só será possível com recuperação económica. É errada aumentar taxas, como obriga o PAEL, com o fito de aumentar receitas. Porque, além de ser um caminho socialmente injusto não leva, de facto, a nenhum aumento das receitas.

O PAEL, programa tipo memorando da tróika para as autarquias, é, como se está a ver, incumprível. Ou só é cumprido reduzindo a prestação de serviços públicos, cortando subsídios, aumentando taxas e tarifas.

Foi por isso que, na devida altura votei contra o PAEL e este documento vem agora dar-me razão nos motivos por que o fiz.»

- O Exmo. Presidente esclareceu que procurou fazer um orçamento sem o aumento de taxas quer relativas aos resíduos sólidos quer ao preço da água, no entanto ainda não sabe qual o valor proposto pelas Águas do Centro sobre esta situação, a sua vontade é de manter o mesmo valor.

Em relação à baixa do IMI em 12,5% não fez uma promessa em diminuir esta taxa de imediato, pensa fazer de forma gradual ao longo do mandato.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

1157/14 - INFORMAÇÃO FINANCEIRA MENSAL – DEZEMBRO DE 2013

- Do Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. Gilberto Martinho, foi presente a informação sobre a situação financeira do Município, referente ao mês de dezembro de 2013.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

SIADAP

1208/14 – SIAG – SISTEMA DE INFORMAÇÃO E APOIO À GESTÃO – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

- Do Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. Gilberto Martinho, foi presente, no âmbito do SIADAP, o mapa do SIAG – Sistema de Informação e Apoio à Gestão, dando conhecimento da estatística do movimento processual efetuado nos diversos setores do Departamento de Administração Geral e Finanças, no período de janeiro a dezembro de 2013.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PESSOAL

2261/14 – PROPOSTAS DE HORÁRIO DE ABERTURA AO PÚBLICO DOS SERVIÇOS DO DAGF E DGUO

- Do Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. Gilberto Martinho, foi presente a proposta que a seguir se transcreve, relativa aos horários de funcionamento dos serviços do Departamento de Administração Geral e Finanças.

A SABER:

«Em cumprimento de instruções de V.^a Ex.^a, apresento de seguida uma proposta para horário de funcionamento dos serviços do Departamento de Administração Geral e Finanças.

Esta proposta tem como objetivo a colocação dos serviços municipais ao serviço da população durante o maior período de tempo possível, em observância pela legislação vigente.

Pensamos que a abertura às 8h 30m vem satisfazer necessidades há muito sentidas pelos munícipes que assim poderão tratar de assuntos que tenham a resolver com o município, antes de iniciarem as suas atividades profissionais diárias.

Por outro lado, os serviços mantêm-se abertos durante a hora de almoço dos trabalhadores recorrendo a um esquema de rotatividade o qual tem também em consideração as necessidades dos trabalhadores da autarquia.

Foram ouvidos todos os trabalhadores do Departamento, que apresentaram, nalguns casos, as suas sugestões.

Conjugando os interesses de todos os envolvidos, mas tendo sempre como objetivo servir melhor o munícipe, apresento de seguida as propostas de horários por serviço.

Serviços com horário de atendimento ao público entre as 8h 30m e as 17h00m

Águas e Saneamento

Tesouraria

Secretaria

Serviços Jurídicos

Serviço Notarial

Recursos Humanos

Licenças e Taxas

Aprovisionamento

Contabilidade

Apoio Social

Serviços com horário de atendimento ao público entre as 9h 00m e as 18h00m

Cultura

Turismo, Comércio e Serviços (O CEMPRE encerrará à hora de almoço, até à sua reorganização)

Educação

Investimentos

Serviços com outro tipo de horário

Biblioteca:

- De 2.^a a 6.^a feira – das 9h 30m e às 18h 00m

- Ao sábado – das 9h 30m às 13h 00m

ESER – das 8h 00m às 15h 00m

Mercado diário

- De 2.^a a 6.^a feira – das 6h 30m e às 13h 00m

- Ao sábado – das 6h 00m às 12h 30m

Mercado semanal

- Ao sábado – das 8h 30m às 12h 30m

Desporto:

Piscinas

- Dias úteis: 9h 00m às 22h 00m;
- Fins-de-semana: 10h 00m às 20h 00m.

Campos/campos de ténis

- Dias úteis: 9h 00m às 22h 30m;
- Fins-de-semana: 9h 00m às 20h 00m.

Pavilhão

- Dias úteis: 9h 00m às 23h 00m;
- Fins-de-semana: 9h 00m às 20h 00m.

O encerramento às 17h 00m aplica-se a matérias que envolvam pagamentos por parte dos utilizadores.

Assuntos que não envolvam pagamentos poderão ser tratados até às 18 horas, hora a que encerram os serviços administrativos do município.»

Também, do Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Obras, Eng.º Nuno Carda, foi presente a seguinte proposta de horário:

«Conforme conversado na reunião, para que o atendimento ao público se realize das 8.30h às 17.00h, as colegas do SAA terão de ter dois horários distintos.

Horário 1 – 9.00h – 13.00h; 14.00h – 18.00h (horário normal de funcionamento do serviço)

Horário 2 – 8.30h – 12.00h; 13.00h – 17.30h

O horário 2 será realizado diariamente por duas colegas, permitindo que o serviço de atendimento ao público funcione em contínuo.»

Foram feitas as seguintes intervenções:

- Do Vereador Sr. Carlos Matias:

«Votarei favoravelmente este documento na generalidade, muito embora me pareça muito curto o horário da biblioteca.»

- Do Vereador Sr. David Ribeiro:

«Votarei favoravelmente esta proposta, partindo do pressuposto que não está implícito nela o trabalho para além das 35 horas semanais.»

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

- A Câmara, tudo visto e discutido, deliberou por unanimidade, aprovar as propostas de horário apresentadas, com entrada em vigor a partir de dia 1 de março de 2014.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS, RECRE.CULT. E SOCIAIS DO ENT.º

1641/14 – APOIO FINANCEIRO REGULAR, ASSOCIAÇÕES E COLETIVIDADES DO ENTRONCAMENTO – ÚLTIMO TRIMESTRE DE 2013

- Na sequência da deliberação de 04/02/2014, referente à atribuição de apoio financeiro regular, a Associações e Coletividades do Entroncamento, para o último trimestre de 2013, foi presente de novo este processo, acompanhado da seguinte informação do Chefe de Divisão de Finanças e Património, Dr. Hugo Gonçalves.

A SABER:

«Na sequência da deliberação de câmara do passado dia 04 de fevereiro de 2014 e de acordo com instruções superiores venho por este meio informar o seguinte:

1 – Os valores deliberados com a redução dos 5 % (exigência do PAEL) não se justificam para o último trimestre de 2013, isto porque, a redução em causa foi conseguida através da anulação dos apoios concedidos às entidades Associação Desportiva Cidade Ferroviária do Entroncamento (1.000 €/mensais – 12.000 €/anuais) e Clube de Arqueiros e Besteiros do Entroncamento (250 €/mensais e 3.000 €/anuais), o que perfaz uma redução de 15.000 € anuais face ao ano anterior. Estas anulações tiveram como base os documentos inseridos nos anexos 4, 5, 6 e 7.

Sendo assim, em 2013 e face ao ano anterior, a redução era a seguinte:

Total de apoios concedidos em 2012	170.600,00
Total de apoios concedidos em 2013	155.600,00
Redução	-15.000,00
	-9%

Foi dado conhecimento desta redução na reunião de câmara de 06 de maio de 2013 (deliberação no anexo 8).

Não havendo obrigação legal de redução dos 5 %, para os valores do último trimestre de 2013, propõe-se que os valores referidos na deliberação de 04 de fevereiro de 2014 sejam considerados sem efeito e que a câmara delibere no sentido de atribuir para o último trimestre de 2013, os seguintes apoios:

ENTIDADE	MENSAL	4º T/2013
Academia Cultural Recreativa de Dança do Entroncamento	125,00	375,00
Assoc. dos Amigos do Museu Nacional Ferroviário	100,00	300,00
Assoc. dos Escoteiros de Portugal - Grupo N. 84	250,00	750,00
Assoc. Filarmónica e Cultural do Entroncamento	375,00	1.125,00
Casa do Benfica no Entroncamento	100,00	300,00
Clube Amador de Desportos do Entroncamento	1.500,00	4.500,00
Clube de Lazer Aventura e Competição	1.500,00	4.500,00
Companhia de Teatro Poucaterra	300,00	900,00
Corpo Nacional de Escutas (Agrup. 542)	250,00	750,00
ENCOPROF-Associação de Professores	350,00	1.050,00
Grupo Recreativo 1º de Outubro DE 1911	550,00	1.650,00
Nucleo Sportinguista no Entroncamento	100,00	300,00
Orfeão do Entroncamento	250,00	750,00
União Futebol do Entroncamento	1.700,00	5.100,00
TOTAL DE APOIOS	7.450,00	22.350,00

Não estão incluídos no quadro acima:

As entidades com apoios anuais, uma vez que, para o ano de 2013 estes apoios já estão pagos.

As entidades Trendirivir, Centro Recreativo do Casal do Grilo, Associação JT Dance Academy e Associação de Modelismo “Os Pikuinhas” pelas razões referidas na informação do Chefe de Gabinete Dr. José Alfredo Lopes.

2 - Para as entidades abaixo referidas, foi deliberado pela câmara, em reunião de 03 de dezembro de 2013 (anexo 9) a atribuição dos seguintes apoios:

ENTIDADE	VALOR	OBSERVAÇÕES
CERE-Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento	750,00	Apoio Mensal
Assoc. Hum. dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento	2.250,00	Apoio Mensal
Fáb. da Igreja Paroq.da Sagr.Fam. do Entronc. - Caritas	750,00	Apoio Mensal
Conferência de S. Vicente Paulo da Paroquia de N. Sr. Fátima	500,00	Apoio Mensal
Associação Voluntariado e Ação Social do Entroncamento	70,00	Apoio Mensal
Conferência S. João Batista - Paroquia da Sagrada Família	600,00	Apoio Anual
TOTAL DE APOIOS	4.920,00	

Em resumo, pretende-se que a câmara anule a deliberação de 04 de fevereiro de 2014 e que delibere no sentido de:

- Atribuir para o ultimo trimestre de 2013, os valores referidos no ponto 1.
- Mantenha os valores deliberados na reunião de 03 de dezembro de 2013 para as entidades referidas no ponto 2.
- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade:
- Revogar a deliberação de 04 de fevereiro de 2014;
- Atribuir para o ultimo trimestre de 2013, os valores referidos no ponto 1; e,
- Manter os valores deliberados na reunião de 03 de dezembro de 2013 para as entidades referidas no ponto 2.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ALT. ORÇ. DESPESA E GOP'S P/ANO ECONÓMICO

2290/14 - ALTERAÇÃO N.º 2 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E GOP'S P/ANO ECONÓMICO 2014

- Do Chefe de Divisão de Finanças e Património, Dr. Hugo Gonçalves, foi presente a seguinte informação que a seguir se transcreve, referente à Alteração n.º 2 do Orçamento e para o Ano Económico de 2014, que totaliza 99.606,00€ (Noventa e nove mil seiscientos e seis euros), a fim de reforçar rubricas insuficientemente dotadas e inseridas no mesmo documento e a qual faz parte integrante da presente ata.

A SABER:

«Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 33 da Lei 75/2013 de 12 setembro executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações.

Neste sentido serve a presente informação para dar a conhecer o resumo da alteração n.º 2 ao orçamento e GOP'S. Tendo em conta o ponto 8.3.1 do POCAL as alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações, sendo assim, a presente alteração orçamental implica o reforços e diminuição de dotações no valor de 99.606 €.

Das rubricas a reforçar destaca-se as seguintes:

02 – Aquisições de Bens e Serviços

Rubrica 0102 04050102 – Reforço de 500 €

Reforço para eventuais transferências para as freguesias, fruto da cobrança de IMI feita pelas finanças.

Rubrica 0102 04050104 – Reforço de 4.756 €

Reforço para quota anual da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Por lapso dos serviços não foi considerada na dotação inicial.

Rubrica 0103 030502 – Reforço de 7.000 €

Reforço para registo de eventuais juros de fornecedores.

Rubrica 0103 030601 – Reforço de 26.100 €

Reforço para encargos financeiros. Por lapso dos serviços a dotação inicial ficou abaixo do que é necessário para o ano de 2014. Trata-se de uma previsão, podendo o reforço ficar abaixo do realizado.

Rubrica 0202 020225 – Reforço de 8.500 €

Reforço de cabimento para fazer face a candidatura de pessoal do centro de emprego para a área da educação.

O valor a reforçar garante verba suficiente para esta candidatura até final de 2014.

Rubrica 0202 040802 – Reforço de 11.340 €

Reforço para fazer face a despesas com estágios profissionais. O reforço garante verba até ao final do ano de 2014.

Rubrica 0203 020225 – Reforço de 10.000 €

Reforço de cabimento para fazer face a candidatura de pessoal do centro de emprego para a área do desporto.

O valor a reforçar garante verba suficiente para esta candidatura até final de 2014.

Rubrica 0203 040802 – Reforço de 8.810 €

Reforço para fazer face a despesas com estágios profissionais. O reforço garante verba até ao final do ano de 2014.

07 – Plano Plurianual de Investimentos

Alteração nas seguintes rubricas:

03.008 2014/22-4 – Alargamento da Avenida das Forças Armadas

Tendo em conta que a obra em questão irá ser executada em 2014 e 2015 foi reforçada verba para 2015.

De acordo com o ponto 8.3.2.3 do POCAL a realização antecipada de ações previstas para anos posteriores ou a modificação do montante das despesas de qualquer projeto constante no plano plurianual de investimentos aprovado devem ser precedidas de uma alteração ao plano.

A obra é repartida da seguinte forma:

2014 – 148.400 €

2015 – 222.600 €

02.009 2008/13-18 – Parque Verde do Bonito

Reforço = 22.600 €

Reforço para finalizar a movimentação de terras, terraplanagens e modelação de terreno no Parque Verde do Bonito. Estes trabalhos são efetuados através de protocolo com a Escola Prática de Engenharia aprovado em reunião de câmara de 04 de março de 2013.

Como já foi referido e uma vez que numa alteração orçamental não é permitido o aumento global do orçamento, para efetuar estes reforços tivemos que diminuir / anular outras dotações no mesmo valor.

Na escolha destas rubricas tivemos em conta o bom funcionamento do município, ou seja, não foram afetadas dotações necessárias às despesas certas e

permanentes, mas sim, rubricas cuja dotação inicial se baseia unicamente numa previsão de despesa, não havendo no momento nenhum compromisso afeto às mesmas.»

- Nesta altura, a Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha, colocou uma questão acerca da rubrica 0102020121 com a escrituração de “outros” que aparece com um total de 10.642,00€ e tem uma redução de 2.000,00€ e tem um saldo final com o mesmo valor.

Outras rubricas surgem com esta escrituração no documento que é enviado, questiona se há um erro que tenha de ser corrigido.

O pedido de esclarecimento que faz, é que os valores do PPI em que estão registados, como lhe parece que é correto, existe uma discrepância entre os dois documentos que são remetidos.

- O Exmo. Presidente referiu que vai tomar nota e se houver alguma questão, a Sr.^a Vereadora será informada.

- A Câmara aprovou, por maioria, a Alteração n.º 2 ao Orçamento e GOP'S para o Ano Económico de 2014.

- Votaram a favor os Vereadores Srs. Carlos Amaro, David Ribeiro, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente;

- Votou contra a Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha e absteve-se o Vereador Sr. Carlos Matias.

- A Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha, referiu o seguinte:

«Este milagre de escrituração das dotações corrigidas não permite votar sequer estes documentos, solicita que sejam corrigidos porque não estão corretos».

- De novo, o Exmo. Presidente, referiu que como já tinha informado anteriormente, se houver alguma dúvida, a Sr.^a Vereadora será esclarecida, entende que é um pouco forte, dizer que o documento não está conforme.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

868/14 - LISTA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETO DE PARECER GENÉRICO FAVORÁVEL

- A Câmara, atenta a deliberação de 21 de janeiro de 2014, tomou conhecimento da lista da prestação de serviços objeto de parecer genérico favorável, relativa ao mês de janeiro.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

15256/13 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS DE SAÚDE DO TRABALHO – PARECER PRÉVIO

- Da Técnica Superior Dr.^a Filipa Silvestre, do Setor de Aprovisionamento, foi presente a seguinte informação, referente à contratação de uma Prestação de Serviços Externos de Saúde do Trabalho.

A SABER:

«Nos termos do no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2014 carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro e

posteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença
- b) Contratos de prestação de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica

Nas autarquias locais, este **parecer** é da competência do órgão executivo, depende dos requisitos previstos no n.º 5 do art.º 73.º da referida lei e **deve ser instruído**, de acordo com o n.º 2 do art.º 3.º da portaria 16/2013 de 17 de janeiro, **com os seguintes elementos**:

- a) *Descrição do contrato e seu objeto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado, bem como a inconveniência do recurso a modalidade de relação jurídica de emprego constituída ou a constituir e a inexistência de pessoal em situações de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;*
- b) *Declaração de confirmação de cabimento orçamental emitida pelos respetivos serviços;*
- c) *Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato;*
- d) *Informação da contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º, grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum;*
- e) *Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 19.º da Lei 55-A/2010 de 31 de dezembro, e posteriores alterações, juntando elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e ou contraparte.*

Para efeitos da aplicação da redução remuneratória, a que se refere o art.º 33 da LOE2014 é considerado o valor total do contrato de aquisição de serviços, exceto no caso das avenças, previstas no n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013 de 5 de abril, alterada pela Lei n.º 66/2013 de 27 de agosto, em que a redução incide sobre o valor pagar mensalmente.

II – Enquadramento legal do pedido de parecer prévio vinculativo

Tendo por base a informação constante no registo de SGD n.º 15256/2013 torna-se necessário proceder à contratação de **Serviços Externos de Saúde do Trabalho**, para um universo de cerca de 337 trabalhadores da Câmara Municipal do Entroncamento. A contratação de serviços médicos para a promoção e vigilância da saúde dos trabalhadores da CME constitui uma obrigação legal, nos termos da Lei 59/2008 de 11/09, conforme informação da Técnica superior Elizabete Charana constante no registo de SGD n.º 15256/2013.

Assim e uma vez que a emissão do parecer prévio depende dos requisitos acima enunciados, cumpre nos instruir o parecer com os seguintes elementos:

- a) **Descrição do contrato e seu objeto** - Atendendo à natureza do objeto do contrato que se pretende celebrar, constata-se que não se trata de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato, revelando se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da

relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objeto do contrato. Neste caso em concreto, constata-se que não é possível com os recursos humanos desta autarquia assegurar o serviço saúde no trabalho, nos termos da legislação aplicável, uma vez que são necessários médicos e enfermeiros para a realização do mesmo; pelo que o objeto principal a contratar será executado com autonomia pelo contratado sem sujeição ou disciplina da entidade contratante

b) Declaração de confirmação de cabimento orçamental – O valor estimado para o contrato em causa é de 8.542,95€ isento de iva, valor já cabimentado na classificação 0102 020222 conforme ficha de cabimento que se anexa - anexo 4 do presente registo. Para o cálculo deste valor tivemos como base 337 trabalhadores e um valor por trabalhador de 25,34€.

c) Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato –

Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa, irá ser adotado o procedimento por Ajuste Direto em conformidade com a a) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP, visto que o contrato a celebrar não ultrapassa os 75.000€; para o qual será convidado a apresentar proposta a seguinte entidade:

- Ecosaúde, S.A a qual se verificou a inexistência dos impeditivos previstos nos n.ºs 2 e 5 do art.º 113.º do CCP.

De salientar que esta é a única entidade do concelho habilitada pela Direcção-Geral da Saúde a prestar serviço externo de saúde do trabalho.

d) Informação sobre a contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º. Grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum -

Quanto a esta informação, não se conhece qualquer grau de parentesco ou pessoa com quem viva em economia comum, com atuais colaboradores ou ex-colaboradores e o Município.

e) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória – De acordo com o previsto na alínea e) do art.º 3 da Portaria16/2013 de 17 janeiro, deverá ser demonstrado no pedido de parecer o cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no art.º 33.º da LOE2014 aplicável por força do art.º 73.º do mesmo diploma, juntando para tal elementos e cálculos relevantes. No presente caso e apesar de ter sido aplicada a redução remuneratória no anterior contrato – de 29,95€ por trabalhador passou para 26,95€; o valor base do novo contrato por trabalhador revele igualmente nova redução – 25,34€

III – Da proposta em sentido estrito

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciado, considera-se que deverá o órgão executivo emitir parecer prévio favorável, por força do disposto no n.º 4 e 11 do Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro, relativamente à celebração do contrato para "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS DE SAUDE DO TRABALHO**", por se encontrarem reunidos, no caso individual e concreto, todos os requisitos previstos no n.º 5 do art.º 75.º da Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro.»

Neste momento, o Exmo. Presidente esclareceu que está a decorrer um processo, no âmbito da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, de procurar oferecer uma contratação global, para este tipo de Serviços. Manteve esta contratação com esta empresa porque é a única que tem instalações no Concelho.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por maioria, emitir parecer prévio favorável a este procedimento, de acordo com a presente informação.

- Votou contra o Vereador Sr. Carlos Matias e absteve-se a Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha.

Foram feitas as seguintes declarações de voto:

- Do Vereador Sr. Carlos Matias:

«Votei contra, porque, em regra, tal como referi em ocasiões anteriores muito recentes, defendo que deverão ser consultados 3 fornecedores de serviços e não apenas um único --- apesar de tal procedimento ser legal.

O facto de, neste caso, apenas haver um único fornecedor de serviços habilitado pela Direcção-Geral de Saúde a prestar serviço externo da área da saúde no trabalho e com instalações no nosso concelho, habilitá-lo-ia a (em princípio) apresentar a proposta mais favorável.»

- Da Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha:

«Exatamente porque, acredito que independentemente de ser o único prestador, com instalações aqui, podiam encontrar melhores soluções, salvaguardando os interesses da população, não posso votar favoravelmente.

Daí a minha posição esperando que a negociação, no âmbito da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, venha ao encontro das necessidades da nossa autarquia, mas também dos seus interesses e da salvaguarda dos direitos de todos.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ARRENDAMENTO DE INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS

120/14 – ARRENDAMENTO DE INFRAESTRUTURAS PARA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE MINI PRODUÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICA PARA PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE

- Na sequência da deliberação de 21 de janeiro findo, na qual foi deliberado aprovar o caderno de encargos e abrir o concurso para arrendamento dos espaços municipais que reúnam as condições para implantação de unidades de mini produção solar fotovoltaica para produção de eletricidade, foram presentes os seguintes elementos do júri do respetivo procedimento:

Presidente – Arquiteto Rafael Domingos

1.º vogal – Eng.º Nuno Valente

2.º vogal – Dr. Emanuel Fernandes

Suplentes: Dr.^a Filipa Silvestre e Eng.º Nuno Carda

Neste processo, o Exmo. Presidente proferiu o seguinte despacho:

«Por circunstâncias excepcionais nomeio o júri e aprovo a cláusula 7.^a do caderno de encargos, ao abrigo do n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, devendo ir a ratificar na próxima reunião de câmara.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, ratificar este despacho.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO

1113/14 - MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA – TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO - RUA MIGUEL BOMBARDA

- Do Técnico Superior, Eng.º Civil Nuno Valente, da DASU - Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, foi presente a informação que abaixo se transcreve a propor a aplicação de sinalização na rua Miguel Bombarda:

«No seguimento do exposto no sgd 1113 cujo remetente é Sergiótica, Lda., e constatando-se no local a situação descrita, vêm estes serviços propor a aplicação de sinalização vertical H1a (Estacionamento autorizado) e placa adicional Modelo 8 (Indicadores de duração), no local indicado em planta (ver anexos – proposta).

Modelo	H1a	Mod. 3a
Quantidade	1 Unidade (a adquirir)	1 Unidade (existente em armazém)

Esta tarefa poderá ser executada pelos serviços municipais.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação da sinalização proposta.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

1317/14 – MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA – TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – RUA 1.º DE MAIO E ACESSO AO LARGO 24 DE NOVEMBRO

- Do Técnico Superior, Eng.º Civil Nuno Valente, da DASU - Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, foi presente uma informação com uma proposta de intervenção para a rua 1.º de Maio para permitir o acesso no sentido norte-sul ao Largo 24 de Novembro. O valor estimado para este trabalho é de 180 euros + IVA, no entanto de referir que as empresas da especialidade têm custos de deslocação e só fazem este tipo de trabalhos se o valor em causa for superior a 1250 euros + IVA.

Assim propõem-se as seguintes opções:

1 – Associar estes trabalhos a outros da mesma natureza.

2 – Aproveitar outros trabalhos desta natureza e solicitar a execução dos agora referidos.

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração da sinalização proposta.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

1474/14 – MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA – TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – RUA JOÃO CHAGAS

- Do Técnico Superior, Eng.º Civil Nuno Valente, da DASU - Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, foi presente uma planta com a proposta de alteração de sinalização, relativa ao sentido do trânsito no estacionamento, na rua João Chagas.

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração da sinalização proposta.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

1508/14 – MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA – TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – RUA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA

- Do Técnico Superior, Eng.º Civil Nuno Valente, da DASU - Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, foi presente uma informação e uma planta a propor a colocação

de pilaretes em passeio para evitar o estacionamento abusivo em cima do mesmo, na rua D. Nuno Álvares Pereira.

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação dos pilaretes.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

1509/14 – MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA – TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – RUA LUÍS FALCÃO DE SOMMER

- Do Técnico Superior, Eng.º Civil Nuno Valente, da DASU - Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, foi presente a informação que abaixo se transcreve a propor a alteração de sinalização na rua Luís Falcão de Sommer:

«Serve a presente para propor alteração na sinalização vertical na rua mencionada em epígrafe em frente ao CENPRE, conforme planta que se encontra em “visualizar” na abertura deste sgd.

A proposta passa pela remoção do sinal de paragem e estacionamento proibidos, exceto cargas e descargas, e aplicação de sinalização de estacionamento autorizado com limitação de tempo (20 minutos).

Esta proposta surge da análise às necessidades de estacionamento desta zona, frequência do CENPRE, e existência de lugares de cargas e descargas nas proximidades.

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação da sinalização proposta.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

2262/14 - ALARGAMENTO DA AVENIDA DAS FORÇAS ARMADAS – CONCURSO PÚBLICO

- Do Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Obras, Eng.º Nuno Carda, foi presente a informação que a seguir se transcreve, referente à abertura de procedimento de Concurso Público para a empreitada de “Alargamento da Avenida das Forças Armadas”.

A SABER:

«De acordo com o solicitado por V. Ex.ª anexa-se o **PROCESSO DE CONCURSO** composto pelos elementos abaixo identificados, de acordo com o art.º 43.º do CCP - Código dos Contratos Públicos, respeitantes à Empreitada em título, para **APROVAÇÃO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO**:

- Programa do Procedimento;
- Caderno de Encargos;
- Elementos previstos no art.º 43.º do CCP;
- PSS – Plano de Segurança e Saúde;
- PPGRCD – Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;
- Projeto de Execução (Peças Escritas e Desenhadas):
 - Rede Viária;
 - Infraestruturas Elétricas;
 - Orçamento;
 - Mapa de Quantidades;
 - Condições Técnicas;
 - Rede de Abastecimento de Água;
 - Rede de Esgotos Domésticos;
 - Rede de Drenagem de Águas Pluviais;
 - Infraestruturas de Telecomunicações.

A escolha do Procedimento foi fixada nos termos do CCP adotando-se para o feito o Concurso Público, de acordo com a alínea b) do art.º 19.º, art.º 130.º e seguintes, sendo a decisão de contratar e de autorização da despesa estabelecidas de acordo com o n.º 1 do art.º 36.º do mesmo Código.

A **ESTIMATIVA ORÇAMENTAL** máxima para a execução dos trabalhos é de **350.000,00 € (TREZENTOS E CINQUENTA MIL EUROS)** e o **PRAZO DE EXECUÇÃO** é de **180 (CENTO E OITENTA) DIAS**.

Deverá a Exma. Câmara Municipal **DESIGNAR O JÚRI**, de harmonia com o previsto no n.º 1 do art.º 67.º do CCP, **O QUAL DEVERÁ SER COMPOSTO**, em número ímpar, **POR UM MÍNIMO DE 03 (TRÊS) ELEMENTOS EFETIVOS**, um dos quais presidirá, e dois suplentes. Propõe-se a seguinte constituição de júri:

Membros efetivos:

- Nuno Teixeira Carda;
- Joaquim António Ribeiro Canteiro;
- Márcia Maria Pereira Fanha.

Membros suplentes:

- Silvino Ferreira dos Santos;
- Patrícia Santos Louro Anacleto.

Dado que os prazos para a análise dos pedidos de esclarecimentos, das listas de erros e omissões, e resposta aos interessados, são relativamente curtos, **PROPÕE-SE**, de acordo com o n.º 2 do art.º 69.º, conjugado com o art.º 109.º do CCP, **A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO JÚRI PARA:**

- Prestar esclarecimentos;
- Proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento;
- Pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados;
- Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas.

O **CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO** será o do **MAIS BAIXO PREÇO**, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do art.º 74.º do CCP.

Estima-se que a percentagem de execução no ano de 2014 será na ordem dos 40% e o restante no ano de 2015.

Deverá ser verificada a cabimentação e tudo demais à luz da Lei dos Compromissos relativo a este Procedimento.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar e rubricar o Programa do Procedimento, Caderno de Encargos, Elementos previstos no art.º 43.º do CCP, PSS – Plano de Segurança e Saúde, PPGRCD – Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, e o Projeto de Execução (Peças Escritas e Desenhadas), e abrir o Concurso Público.

- Mais deliberou aprovar a constituição do júri.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

2220/14 – REQUALIFICAÇÃO URBANA DA RUA ELIAS GARCIA (CRUZAMENTO DA RUA DO CASAL MELÃO ATÉ À MEIA VIA) - ESCLARECIMENTOS/ERROS E OMISSÕES

- Do Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Obras, Eng.º Civil – Nuno Carda, foi presente a informação que abaixo se transcreve relativa a pedidos de esclarecimentos e apresentação de erros e omissões, referente à abertura de concurso público da empreitada da “Requalificação Urbana da Rua Elias Garcia (Cruzamento da Rua do Casal Melão até à Meia Via)”:

A SABER:

«Na sequência da deliberação tomada na reunião de Câmara realizada em 07 de janeiro de 2014, relativamente à Empreitada em título (SGD n.º 43/2014), anexam-se as respostas aos esclarecimentos / erros e omissões apresentados pelos interessados, bem como as peças alteradas, após análise das mesmas, para que sejam rubricadas por parte do Executivo.

Anexa-se, igualmente, o mapa de quantidades (Final) após aceitação parcial das listas de erros e omissões.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, ratificar e rubricar os presentes documentos, de acordo com esta informação.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

2260/14 – CONSERVAÇÃO DA REDE VIÁRIA – MANUTENÇÃO DE ARRUAMENTOS, ESTACIONAMENTOS E PASSEIOS – PROGRAMA DE PROCEDIMENTO (RETIFICADO)

- Do Técnico Superior, Eng.º Civil Nuno Valente, da DASU - Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, foi presente a seguinte informação referente à empreitada da “Conservação da Rede Viária – Manutenção de Arruamentos, Estacionamentos e Passeios”:

«Na sequência de um pedido de esclarecimentos apresentado por um interessado relativamente aos documentos de habilitação, nomeadamente, alvarás a apresentar após decisão de adjudicação foi entendido alterar o ponto 2 do art.º 13.º do Programa do Procedimento, o qual se anexa, devidamente retificado, para ratificação e assinatura por parte do Executivo.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, ratificar e rubricar os presentes documentos, de acordo com esta informação.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

2241/14 - EXECUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR NORTE E ACESSIBILIDADES – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, SITUAÇÃO N.º 22, AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS ADICIONAIS, SITUAÇÃO N.º 2 1.ª ADICIONAL E AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS ADICIONAIS, SITUAÇÃO N.º 2, 3.ª ADICIONAL

- Presentes os Autos elaborados em 12 de fevereiro de 2014, referentes à empreitada da “Execução do Centro Escolar Norte e Acessibilidades”, adjudicada à Firma Nogueira & Matias, Lda, que a seguir transcrevem.

A SABER:

- Auto de Medição de Trabalhos Contratuais, situação n.º 22, no valor de 230.135,13€ (Duzentos e trinta mil cento e trinta e cinco euros e treze cêntimos);

- Auto de Medição de Trabalhos Adicionais, situação n.º 2, da 1.ª Adicional (trabalhos de suprimento de erros e omissões), no valor de 224,06€ (Duzentos e vinte e quatro euros e seis cêntimos);

- Auto de Medição de Trabalhos Adicionais, situação n.º 2, da 3.ª Adicional (trabalhos de suprimento de erros e omissões), no valor de 5.403,10€.

O valor dos autos apresentados é de 235.762,29€.

- Pelo Exmo. Presidente foi presente a seguinte proposta:

«Na sequência da homologação do auto numero 22, no valor indicado de 235.762,29€, apesar de inferior ao limite mínimo proposto em dezembro pelo empreiteiro (260.000,00€) propõe-se que se considere relevada a diferença na medida em que (i) as condições climatéricas foram especialmente adversas ao desenvolvimento de trabalhos no exterior e mesmo nos interior face aos anormalmente elevados índices de humidade registados, (ii) apesar dessas dificuldades que o empreiteiro invocou em email dirigido à CME, não pediu a suspensão do prazo o que simplificaria a contagem dos prazos, mas atrasaria

indubitavelmente e ainda mais, a obra e, finalmente (iii) registou-se um notável incremento das obras executadas em relação aos meses anteriores cujos autos rondavam um valor médio foi inferior a 51.000,00€.

Propõe-se assim, não obstante o objetivo não ter sido totalmente atingido, pelas razões apontadas, que:

- a) seja validada esta demonstração e interesse em dar continuidade à obra do centro escolar norte, mantendo o contrato de empreitada em vigor;
- b) manter a metodologia aplicada, de exigência e monitorização contínua, procurando-se atingir o objetivo associado à conclusão da obra.»

- O Vereador Sr. Carlos Matias, apresentou a seguinte intervenção:

«Votarei favoravelmente a proposta agora apresentada pelo Sr. Presidente, por considerar que, face à dimensão do desvio no executado, por enquanto, é mais vantajosa para o município a manutenção do contrato em vigor com o empreiteiro.

Parece-me que, nesta fase, seria mais prejudicial uma eventual rescisão, num processo de resultado incerto e de consequências imprevisíveis.

No futuro, faremos as avaliações que se impuserem. Perante a maneira como os trabalhos prosseguirem, daí tiraremos ilações e, a qualquer momento poderemos tomar novas decisões.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e após aceitar a proposta do Exmo. Presidente, deliberou por unanimidade, homologar os autos referidos e aprovar a proposta apresentada.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES

16735/13 - PROC.º DE OBRAS N.º 150/2000 – GESTELEC – GESTÃO E INVESTIMENTOS, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA – INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS DA URBANIZAÇÃO DO CASAL SALDANHA – LIBERTAÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA

- Na sequência de um pedido em nome de Gestelec – Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda., Entidade representativa do grupo E. Leclerc em Portugal, a solicitar a libertação da garantia bancária n.º 976-02-0273927, no valor de 142.509,22€ (28.570.534\$00) relativa às infraestruturas elétricas da Urbanização do Casal Saldanha no Entroncamento, referente ao processo de obras número 150/2000, foi presente a seguinte informação da Técnica Superior Dr.ª Márcia Fanha, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras:

«A garantia n.º 976-02-0273927 foi prestada como caução (imposta pela EDP quando aprovou o projeto – ofício registado sob o n.º 2924/2001 - anexo 1 deste processo) para garantia da execução das infraestruturas elétricas necessárias à construção do Espaço Comercial - Hipermercado E. Leclerc (Processo de Obras n.º 150/00). De acordo com o referido ofício deverá a mesma ser prestada a favor da Câmara Municipal sendo que, as receções (provisória e definitiva) daquelas infraestruturas (pontos 1.8; 1.9; 1.10; 1.13 do Regulamento Normativo que o acompanhou) são da responsabilidade da EDP.

Conforme consta do ofício (anexo 5) remetido pela EDP as infraestruturas elétricas foram rececionadas a título definitivo estando reunidas as condições para libertação/cancelamento da garantia bancária.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, autorizar a libertação da garantia bancária, de acordo com a informação.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

LOTEAMENTOS

7809/14 – ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 05/93 – JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA REIS – CASAL DOS TERCEIROS – RUA D. AFONSO HENRIQUES – ALTERAÇÃO AO LOTE N.º 1

- Na sequência de um pedido de João Pedro de Oliveira Reis, a requerer, na qualidade de proprietário do Lote n.º 1, a aprovação da alteração ao Loteamento a que se refere o Alvará n.º 5/93, sito no Casal dos Terceiros – ZUE 7 do P.G.U., de acordo com o projeto que junta, foi presente, do Eng.º Civil Joaquim Canteiro, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, a seguinte informação:

«Para o lote n.º 1 do alvará de loteamento 5/93 foi apresentado um projeto de construção de um anexo, tendo a respetiva comunicação prévia sido rejeitada por não cumprir com o estipulado no referido loteamento.

Na sequência foi apresentada a presente alteração ao loteamento.

1. – Antecedentes

Para o local foi aprovado um projeto de loteamento, com o respetivo alvará n.º 05/93, em nome de Francisco de Matos Branquinho.

O alvará previu a constituição de 6 lotes destinados a moradias em banda com 2 pisos, com frente para a Rua D. Afonso Henriques.

No lote n.º 1 foi construída uma moradia (Proc. Obras n.º 61/97) já em nome do requerente.

Através de escritura o requerente adquiriu ao prédio confinante uma parcela de terreno nas traseiras da moradia, com 199,92m², e para aumento de logradouro. Este aumento de área do seu prédio/lote foi registado na Conservatória do Registo Predial, mas não foi do conhecimento da Câmara, já que deixaram de estar dependentes de prévio parecer da Câmara as situações de aumento de logradouro. Quando da apresentação de projeto para anexo abrangendo essa área ampliada, o mesmo foi indeferido por não corresponder com as dimensões previstas no loteamento.

2. – Projeto de alterações apresentado

O projeto de alterações agora apresentado corresponde inclusão desse acréscimo de área do lote n.º 1 que passou a ter a área de 416,17m². Verificou-se o aumento da área coberta do anexo que tem agora 55m².

Não são apresentadas quaisquer modificações na área de construção da moradia existente.

3. – Análise

Em face do descrito nos n.ºs anteriores trata-se apenas da regularização em termos urbanísticos de uma alteração já efetivada com o registo na Conservatória do aumento da área do lote realizado.

A alteração, que até se pode considerar como exterior ao loteamento, pois o aumento de área proveio de outro prédio confinante que não foi loteado, não apresenta implicações com os outros lotes, nem nos coloca quaisquer reservas.

Não existe qualquer incidência com as obras de urbanização.

A ampliação do anexo tem incidência em termos da taxa urbanística, conforme calculo em anexo.

Neste contexto pensamos que não se justificaria efetuar a consulta pública, podendo, no entanto, aplicar-se o procedimento habitualmente seguido de acordo com o previsto no n.º 3 do Art.º 27.º, do Dec-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as posteriores alterações.

Conclusão

Em face do referido entendemos que o projeto de alterações se encontra em condições de merecer aprovação.

As alterações não têm implicações com as obras de urbanização e o valor da taxa urbanística adicional a cobrar foi calculado no quadro anexo.

Poderá ser feita a consulta aos restantes proprietários dos lotes conforme atrás preconizado.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de alterações, de acordo com a presente informação.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata.

- E eu, _____, Assistente Técnica na Divisão de Inovação e Modernização Administrativa, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente.